

de Porto Alegre, e, em nível estadual, o Banco do Povo de Santo André. Vários municípios e regiões do estado estão pretendendo criar estas instituições Assim, estudar e avaliar a experiência já existente é de fundamental importância para facilitar esta difusão e contribuir para que a implementação e organização dessas instituições se faça da maneira mais adequada, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados.

295

### **Desafios da gestão social pública: impacto social e estratégias de articulação municipal no âmbito do programa de renda mínima familiar cidadã da prefeitura de Santo André**

Mariângela Belfiore Wanderley

Instituto de Estudos Especiais

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Processo 1998/13983-0

Vigência: 1/11/1999 a 30/4/2003

O Instituto de Estudos Especiais (IEE) vem acumulando conhecimentos e atuando no monitoramento e na avaliação de políticas sociais, com destaque para os programas de complementação de renda para famílias em situação de vulnerabilidade social. Nesse âmbito, foram várias as parcerias realizadas, como, por exemplo, a avaliação da implementação do Programa de Renda Mínima (PRM) Família Cidadã, da prefeitura de Campinas, em 1996. Atualmente, o IEE está desenvolvendo convênio de cooperação técnica com a Secretaria de Cidadania e Ação Social de Santo André, com o objetivo de assessoria e supervisão técnica na implantação do Programa de Renda Mínima (PRM). A realização dessas ações vem demonstrando a necessidade de aprimorar: o monitoramento sistemático do PRM, não apenas para a sua contínua avaliação, mas para estudos da adequação do desenho utilizado por Santo André, comparativamente a outros programas, em vista das particularidades de sua aplicação à realidade brasileira; o reordenamento dos programas desenvolvidos pela secretaria, com o objetivo da gestão social integrada de suas ações; a análise das estratégias de articulação do PRM com as demais políticas sociais do governo municipal. Atividades de pesquisa: acompanhamento e sistematização do PRM; pesquisa comparativa do Programa de Renda Mínima de Santo André com outros programas similares; acompanhamento intrasetorial, para a análise das interfaces do PGRM com os demais programas e ações no âmbito da Secretaria; acompanhamento intersetorial, para a análise das articulações do PGRM com os programas de microcrédito e urbanização das favelas; estudo de casos a partir de uma amostra de famílias para acompanhamento das condições de vida e avaliação dos impactos gerados pela inserção no programa.

296

### **Consolidação da política de atendimento as vítimas da violência urbana, baseada na demanda real e na ação articulada entre os diversos setores do governo do Estado de São Paulo**

Regina Maria Giffoni Marsiglia

Faculdade de Serviço Social

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Processo 1998/13982-4

Vigência: 1/11/1999 a 28/2/2003

A experiência de professores da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, relativa tanto à prestação de assessoria a organizações governamentais e não governamentais, como à realização de pesquisas acerca das diferentes expressões da violência, desenvolvidas desde o ano de 1993, ensejou a criação do Núcleo Temático da Violência, integrado ao currículo do curso de graduação, propiciando o preparo de profissionais com capacidade teórica e metodológica para o trabalho social na área. Desse trabalho decorreu o credenciamento da faculdade para participar da concepção e constituição do Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência, Cravi, mediante convênio estabelecido pela PUC-SP com o governo do estado, em cumprimento à proposta nº 106 do Programa Estadual de Direitos Humanos: criar programa estadual de proteção à vítima e testemunhas, bem como de seus familiares, ameaçados em razão de envolvimento em inquérito policial e/ou processo judicial, em parceria com a sociedade civil. O Cravi vem funcionando desde julho de 1998, atendendo em média 30 pessoas/mês, oferecendo assistência social, psicológica e jurídica; a maior demanda se refere à assistência material e proteção, em casos de ameaças contra a vida e patrimônio, além da solicitação de conhecimento do andamento de processos judiciais, aos quais a população não tem usualmente acesso. Pretende-se investigar as expectativas e necessidades das vítimas de violência urbana, tendo como piloto a cidade de São Paulo, para orientar a construção de uma metodologia de intervenção do estado, formando seus quadros técnicos e administrativos para maior eficácia no enfrentamento dos problemas sociais. A Secretaria da Justiça e da Cidadania do Estado de São Paulo auxiliará na seleção dos locais e critérios de amostragem, participando do planejamento, treinamento, supervisão e execução da pesquisa. Os resultados da pesquisa fornecerão parâmetros básicos para avaliação do trabalho que vem sendo realizado pelo Cravi, permitindo reformulações, se necessárias, e sua consolidação e possível multiplicação.

297

### **Sistema de diagnóstico e avaliação de projetos executados por municípios, órgãos estaduais e associações da sociedade civil no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê**

Ricardo Toledo Neder

Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro  
Universidade Estadual Paulista (Unesp)  
Processo 1998/13979-3  
Vigência: 1/11/1999 a 30/6/2004

Esta proposta tem duas partes. A primeira é técnico-operacional e visa constituir um sistema de diagnóstico e acompanhamento de 70 projetos apresentados entre 1996 e 1998 ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Tais projetos estão relacionados com a recuperação das condições sociais e da infraestrutura socioeconômica em saneamento ambiental e ações junto a sociedade civil. Foram aprovados e estão sendo executados por prefeituras, agências estaduais e associações civis. A segunda parte prevê a seleção de alguns desses projetos e, em parceria com esse segmento: a) identificar assimetrias entre as prefeituras integrantes de uma sub-bacia (Guarapiranga) quanto a sua capacidade de regulação do território rural e urbano; b) promover oficinas e redes de aproximação entre técnicos e agentes locais (redes associativas) acerca da implementação de políticas proativas locais/regionais para comunidades rurais e urbanas onde o assentamento humano é irreversível (áreas de mananciais) e c) avaliar a compatibilidade entre o disposto na nova legislação de proteção aos mananciais do Estado de São Paulo, acerca de um “plano de desenvolvimento e proteção ambiental” em áreas protegidas, com os aspectos (a) e (b).

298

### **Núcleo de ação educativa: a utilização de documentação histórica no ensino de história**

Raquel Glezer

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Universidade de São Paulo (USP)  
Processo 1998/13978-7  
Vigência: 1/11/1999 a 31/3/2001

Este projeto é uma parceria entre pesquisadores da Universidade de São Paulo e a Divisão de Arquivos do Estado de São Paulo (Daesp), instituição de guarda e preservação da documentação histórica do Estado de São Paulo, com a finalidade de criar um núcleo de ação educativa, para disseminação de conhecimento. A Daesp possui as mais significativas coleções documentais sobre São Paulo, que poderão fornecer uma base sólida para a produção de material didático sobre história local. Esta tem sido indicada, nos documentos oriundos de órgãos públicos educacionais, como um ponto básico para aprendizagem em história no ensino fundamental e médio. Estes times permitem que as coleções do arquivo sejam utilizadas para elaboração de material didático. Por outro lado, pesquisadores das áreas de educação e comunicação têm enfatizado a importância do uso de imagens no processo

de ensino-aprendizagem. Como entre as coleções da Daesp destacam-se as iconográficas, a instalação do núcleo de ação educativa deverá se realizar concomitantemente à elaboração de material didático sobre história de São Paulo, de 1860 a 1920. Tais coleções, para serem utilizadas com fins educativos, precisam, no primeiro momento, de tratamento de restauro e preservação. A etapa seguinte deverá ser a organização, classificação e seleção do material a ser transformado em material didático. A etapa de instalação do núcleo será finalizada com a elaboração e publicação de cadernos temáticos sobre história de São Paulo, com material básico extraído das coleções iconográficas e o material de suporte (textos) extraído das coleções de periódicos existentes naquela instituição. Esta proposta se coaduna com o perfil dos pesquisadores proponentes, com experiência em arquivística, história e seu ensino, e com a necessidade da instituição de formar quadros especializados no atendimento da comunidade, concretizando com isso uma interface da Daesp com a sociedade.

299

### **Metodologia de cursos de educação ambiental frente aos parâmetros curriculares nacionais nos vales do Paraíba e do Ribeira, SP**

José Luiz Timoni

Instituto Florestal  
Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMASP)  
Processo 1998/13973-5  
Vigência: 1/11/1999 a 30/4/2004

A proposta é estabelecer uma metodologia de cursos de educação ambiental (EA) inseridos na prática profissional do professor do ensino fundamental da rede oficial, conscientizando-o sobre a necessidade da inserção da temática ambiental de forma interdisciplinar, como proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), principalmente em regiões que possuem áreas degradadas e com vocação florestal ou regiões com grandes áreas protegidas. Os PCN são diretrizes que pretendem levar às escolas as questões ausentes no currículo, entre elas as do meio ambiente, como temas transversais, tratados em todas as disciplinas. O Instituto Florestal, a Fundação Florestal, a Delegacia de Ensino de Guaratinguetá e a Reserva Ecológica Fazenda Boa Vista possuem experiência de cursos com a temática da educação ambiental e da recuperação florestal, principalmente no Vale do Paraíba, que contribuíram para uma modificação na prática educacional do professor, sendo necessária, no entanto, a sistematização de uma política eficaz e inserida na prática educativa. Serão compatibilizadas políticas públicas educacionais, ambientais e específicas para EA e realizado diagnóstico participativo regional. As ações para a elaboração da presente proposta terão acompanhamento